



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**

**Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes**

---

### **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS**

# **FLASH**

# **4678**

**Presidente da Mesa Diretora:** Ivan José Lopes

**Espécie:** Projeto de lei

**Categoria:** Impostos, multas e taxas

**Autoria:** Executivo Municipal

**Data:** 29/04/1997

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI Nº 26/97. Concede remissão parcial para o crédito tributário referente ao Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, do exercício fiscal de 1995. (Referente à Lei nº 2.480, 12/05/1997).

**Controle Interno – Caixa:** 13

**Posição:** 25

**Número de folhas:** 06

---

Especie: P2  
Categoria: Impostos e taxas  
a: 13  
ordem: 20  
nº fls: 04



## Câmara Municipal de Montes Claros

PROTOCOLO DE ORIGEM	ASSESSORIA TÉCNICA LEGISLATIVA:
Nº _____	ASSESSOR:
DATA ____/____/____	PROJETO:
	NÚMERO:

PROJETO DE LEI Nº

**26/197**

AUTOR: Prefeito Municipal

### ASSUNTO:

Concede remissão parcial para o Crédito Tributário  
do IPTU, exercício de 1995.

### MOVIMENTO

- 1 Recebido em 29.04.97
- 2 A Com. de Leg. e Justiça
- 3 *Proposto em sessão de*
- 4 *urgência - 08.05.97.*
- 5 *É sancionada - 09.05.97.*
- 6 *Registra-se -*
- 7
- 8
- 9
- 10

*Caixa*

**.PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**  
**Procuradoria da Fazenda do Município de Montes Claros - MG**  
**Av. Cula Mangabeira, 211 - Centro - CEP: 39.401-002 - Montes Claros - M. Gerais**

---

**Montes Claros, 28 de abril de 1997.**

**Senhor Presidente,**

**Tenho a honra de encaminhar a V.Exa., e aos ilustres Vereadores que integram essa Edilidade, o presente Projeto de Lei que trata de remissão parcial, referente ao IPTU do ano fiscal de 1995.**

**Este ano, sob a eficaz coordenação de V.Exa., a Câmara Municipal de Montes Claros, aprovou projeto que resultou na Lei Municipal nº 2.455/97, adequando os impostos e taxas do município à capacidade contributiva de seus munícipes.**

**A solução acima mencionada corrigiu inúmeras injustiças, possibilitando a um grande número de contribuintes a regularização de seus débitos junto à Prefeitura de Montes Claros.**

**Entretanto, em decorrência de levantamentos técnicos realizados recentemente pela Secretaria Municipal da Fazenda, bem como a existência de inúmeras reclamações formuladas por contribuintes, a Administração Municipal constatou que milhares de imóveis tiveram o IPTU do ano fiscal de 1995 lançado em total descompasso com a realidade econômica e imobiliária do nosso município, desatendendo a diversos princípios constitucionais, dentre eles o da capacidade contributiva e da vedação de se instituir tributos com fins de confisco.**

**Com o presente projeto de Lei, a Administração Municipal visa corrigir as distorções e injustiças acima mencionadas, para tanto igualando o IPTU de 1995 ao de 1997, possibilitando que os contribuintes paguem seus débitos perante o erário municipal.**



Como se trata de matéria financeira que requer uma rápida solução, solicito a V.Exa., que o presente projeto tramite em REGIME DE URGÊNCIA.

Convicto de que essa Egrégia Casa, sempre sensível aos anseios populares e da municipalidade, aprovará o presente projeto de lei que ora encaminhamos, aproveito o ensejo para uma vez mais manifestar votos de elevada estima e distinta consideração por V.Exa., e pelos demais integrantes do Poder Legislativo Municipal.

Atenciosamente,

  
**Jairo Ataíde Vieira**  
**Prefeito Municipal de Montes Claros**

**Exmo. Sr.**  
**Dr. Ivan José Lopes**  
**DD. Presidente da Câmara Municipal**  
**NESTA**

*Ar. Cammões  
J. Ataíde*

PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_

CONCEDE REMISSÃO PARCIAL PARA O CRÉDITO  
TRIBUTÁRIO REFERENTE AO IPTU DO ANO FISCAL DE 1995.

A Câmara Municipal de Montes Claros (MG) aprovou e eu  
sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a  
equiparar os valores lançados a título de IPTU's do ano fiscal de 1995  
aos de 1997, para imóveis de mesma inscrição imobiliária, cujo  
lançamento neste ano seja inferior ao de 1995.

§ 1º - A remissão prevista nesta lei poderá ser concedida  
até o dia 31 de dezembro de 1997, para créditos tributários inscritos  
em dívida ativa, ajuizados ou não, podendo ainda serem aplicados os  
descontos previstos na Lei Municipal nº 2.455/97.

§ 2º - A remissão aqui prevista não atinge as despesas e  
acessórios legais dos créditos tributários em execução fiscal.

Art. 3º - Fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a  
regulamentar, por Decreto, o disposto no artigo anterior.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário, esta lei  
entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Montes Claros, de abril de  
1997.

*Jairo Ataíde Vieira*  
**Jairo Ataíde Vieira**

Prefeito Municipal de Montes Claros

**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**  
A COMISSÃO DE Legislação  
Elaborou  
EM 27 DE abril DE 1977  
[Signature]  
PRESIDENTE

O presente projeto é legal e constitucional.

A. Silveira

[Signature]  
[Signature]

**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**  
APROVADO EM ÚNICA DISCUSSÃO POR  
EM 08 DE maio DE 1977  
[Signature]  
PRESIDENTE

**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**  
À SANÇÃO  
EM 08 DE maio DE 1977  
[Signature]  
PRESIDENTE





# Câmara Municipal de Montes Claros

Montes Claros, 09 de maio de 1997

Ofício nº: 190/97

Assunto : Encaminhando projeto para sanção

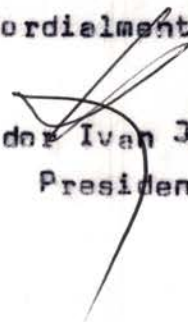
Serviço : Câmara Municipal

Senhor Prefeito,

Pelo presente estamos encaminhando a esse Executivo, para a sanção de V. Exa., o Projeto-de-Lei incluso, aprovado por este Legislativo, que dispõe sobre equiparação de valores do IPTU do ano de 1995 com os do ano de 1997 .

Valendo-nos desta oportunidade, apresentamos a V.Exa. nossos renovados protestos de apreço e estima.

Cordialmente

  
Vereador Ivan José Lopes  
Presidente

Exmo. Sr.  
Dr. Jairo Ataíde Vieira  
DD. Prefeito Municipal  
MONTES CLAROS

Cx 13/25